



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### REQUERIMENTO N° , DE 2015 (Do Sr. Eduardo Barbosa)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Educação, para discutir as perspectivas futuras para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Seguridade Social e Família e de Educação, com o objetivo de discutir as perspectivas futuras para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais. Para tanto, solicitamos que sejam convidados para a audiência:

- I) Sr. Genildo Lins, Secretário de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- II) Representante da Casa Civil da Presidência da República;
- III) Representante da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento Social (Andeps).

### JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal 1988, como marco para a concretização da cidadania e do avanço de direitos no país, estabeleceu uma série de princípios e garantias a fim de efetivar melhores condições de vida para a população brasileira. Para que esses objetivos sejam alcançados, desponta o papel essencial das políticas sociais como ações coordenadas do



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

poder público no que diz respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais.

O empreendimento de esforços importantes nesta seara tem ocorrido por meio da garantia de recursos, da elaboração de planos de ação e da institucionalização de meios de execução de programas sociais. Neste sentido, em novembro de 2009, foi promulgada a Lei nº 12.094, que criou a carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), regulamentada e efetivada pelo Decreto nº 7.191/2010, com exercício em 14 Ministérios e Secretarias, ressaltando-se a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, responsável pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

A profissionalização dessa função na administração pública faz parte das ações concretas no sentido da consolidação das políticas sociais como políticas de Estado, o que exige a qualificação da força de trabalho no serviço público, suprindo a carência histórica de carreiras estruturadas neste setor e a ausência de recursos humanos aptos a exercer atribuições na área.

Os Analistas Técnicos de Políticas Sociais – ATPS atuam nos ministérios da área social, com atividades especializadas de assistência técnica, verificação, acompanhamento, supervisão, avaliação, identificação de inconformidades, monitoramento e aferição de resultados de projetos e programas nas áreas de saúde, educação, segurança pública, previdência, emprego e renda, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, cultura, cidadania, direitos humanos e proteção à infância, à juventude, às pessoas com deficiência, ao idoso e ao indígena, tais como Benefício de Prestação Continuada – BPC, Bolsa Família, Cadastro Único, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, Mulher- Viver sem violência, Viver Sem Limite, Programa Nacional de Triagem Neonatal, Programa Nacional do Livro Didático, Rede Cegonha, Territórios da Cidadania, Trabalho Decente e VIVA - Vida no Trânsito e outros. Em síntese, a carreira dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais está diretamente envolvida em todas as principais políticas sociais em desenvolvimento no Brasil.

Atualmente, a carreira conta com cerca de 830 servidores que ingressaram no serviço público por meio de concurso do MPOG. Seus integrantes são jovens e plurais, com média de idade de 30 anos, vindos de 22



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

estados da federação, com 49 diferentes formações profissionais; além disso, são altamente qualificados, sendo que 66% possuem especialização e cerca de 40% possuem mestrado.

No entanto, após a efetivação dos primeiros servidores nos cargos de Analistas Técnicos de Políticas Sociais, uma série de questões e barreiras foi notada, as quais, se não solucionadas, podem levar ao naufrágio dos objetivos iniciais da carreira de ATPS, destacando-se limites na transversalidade e sinergia da carreira, indefinições sobre parâmetros para a progressão, além de remuneração defasada em relação a outras carreiras similares, o que tem levado a um aumento expressivo na evasão destes profissionais. Essas e outras questões se tornam ainda mais graves devido ao papel estratégico das políticas sociais no atual contexto brasileiro.

Pelos motivos expostos, sugerimos a realização de audiência pública para que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência possa melhor dimensionar a importância desses profissionais e discutir as perspectivas futuras para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais. Assim, peço aos nobres Pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 2015.

**Deputado EDUARDO BARBOSA  
PSDB / MG**